

## **O desenvolvimento da literatura infantojuvenil como gênero editorial no Brasil e a importância de Monteiro Lobato como autor e editor<sup>1</sup>**

Carolina Souza de ALMEIDA<sup>2</sup>

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

### **Resumo**

Este artigo faz um breve panorama sobre o desenvolvimento da literatura infantojuvenil no Brasil, focando no trabalho de Monteiro Lobato como editor e como autor de livros infantis, devido à sua importância na área, mas não se restringindo somente a ele. Utilizando como referência autores das áreas de Comunicação Social e de Letras, é feita uma revisão bibliográfica acerca do tema, com o objetivo de compreender como a literatura infantojuvenil se originou enquanto gênero editorial no mundo, por quais transformações passou e como ela se desenvolveu aqui no Brasil, até se chegar ao que é produzido hoje.

**Palavras-chave:** literatura infantojuvenil; Monteiro Lobato; autor; editor.

### **Introdução**

Este artigo versa sobre o surgimento e o desenvolvimento da literatura infantojuvenil no Brasil, dando ênfase, principalmente, à obra de Monteiro Lobato e às suas contribuições como autor e editor para a história da literatura voltada para crianças e jovens no país. No trabalho, é feito um breve panorama a respeito do tema, com a intenção de compreender como a literatura infantojuvenil surgiu no Brasil e as mudanças pelas quais ela passou ao longo dos anos, até chegar aos dias atuais.

Ter uma noção histórica sobre esta temática é relevante para todos que estudam a literatura infantojuvenil brasileira, mesmo que somente a contemporânea, pois é importante compreender o processo histórico pelo qual se passou até se chegar ao que é produzido atualmente. Por ser um trabalho introdutório e pela restrita extensão do artigo, no entanto, o panorama feito não possui a intenção de se aprofundar em cada assunto abordado, pelo menos em um momento inicial; mas de elencar e encadear os principais acontecimentos na área, com o objetivo de criar uma base para um trabalho maior sobre esse gênero editorial no Brasil e possibilitar um aprofundamento posterior sobre a obra de Monteiro Lobato.

A pesquisa foi focada no trabalho de Lobato, por este ser um importante expoente da literatura infantojuvenil no país, tanto como autor (como ele é mais conhecido pela

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Produção Editorial do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGCOM-UERJ) e atual professora substituta do curso de Produção Editorial, na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ). Email: carol-souza@uol.com.br

população e lembrado até hoje pelos leitores), mas também como editor (sua faceta editorial menos conhecida pelo público em geral, mas não menos importante; e uma das muitas profissões que exerceu ao longo da vida).

O método de pesquisa empregado foi, primordialmente, a revisão bibliográfica. E, como referência, foram utilizadas obras de autores e pesquisadores das áreas de Produção Editorial, Comunicação Social e Letras, como Laurence Hallewell, Aníbal Bragança, Márcia Abreu, Leonardo Arroyo, Emanuel Araújo, Antonio Hohlfeldt, Marialva Barbosa, Márcia Cabral da Silva, Alessandra El Far, João Luís Ceccantini, entre outros.

### **Contexto histórico e cultural: fase pré-Lobato**

O contexto cultural e a história do Brasil são importantes para compreendermos certos fatores em relação ao universo do livro e da leitura na atualidade do país. Existem certos processos históricos que perduram até os dias de hoje, às vezes em escala menor ou por motivos ligeiramente diversos, mas possuindo importantes conexões com o passado (BARBOSA, 2013, p.15).

Os altos índices de analfabetismo no país, por exemplo, encontram resquícios desde a época da colônia e podem, em certa medida, ser explicados pela história cultural do Brasil. Os últimos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, mesmo estando em declínio, a taxa de analfabetismo entre os brasileiros de 15 anos ou mais ainda é de 8,5% da população (IBGE, 2013). Marialva Barbosa, em seu livro *História da Comunicação no Brasil* (2013, p.11), relaciona o alto número ao fato do país ter tido durante séculos uma sociedade essencialmente oral – e não letrada –, oralidade essa que permanece, de certa forma, até os dias atuais.

No livro de Alessandra El Far, *O livro e a leitura no Brasil* (2006), encontra-se uma descrição de como o país demorou a entrar de fato no universo da cultura letrada, por causa da política colonial portuguesa, que proibia qualquer tipo de impressão no país (EL FAR, 2006, p.9). A prensa, que foi inventada na Europa no século XV, antes dos portugueses chegarem ao Brasil, só foi aportar no país no início do século XIX, ou seja, mais de trezentos anos depois (MELO e RAMOS, 2011, p.24). Nesse meio tempo, a coroa portuguesa proibiu a existência de tipografias no território brasileiro, receosa da propagação de ideias revolucionárias através dos impressos.

(...) enquanto a Europa continuava a desenvolver técnicas de impressão, tendo em vista o objetivo de atingir um público leitor e consumidor cada vez mais vasto nos diferentes continentes, o Brasil, diante dos interditos estipulados pela metrópole portuguesa, salvo exceções, passava ao largo desse processo. Diferentemente do

governo espanhol, que autorizava a abertura de estabelecimentos gráficos em suas colônias na América, a metrópole portuguesa, até a vinda da família real, em 1808, proibiu expressamente qualquer tipo de reprodução impressa em todo o território nacional, por temer uma possível propagação de ideias políticas progressistas e revolucionárias. (EL FAR, 2006, p.11)

Por conta dessa proibição, o livro era um objeto que só poderia ser usufruído se importado de Portugal, mediante um longo processo burocrático e custos elevados de transporte, o que restringia o acesso da maioria da população à leitura, principalmente nas classes mais baixas (EL FAR, 2006, p.12). Foi somente com a vinda da família real portuguesa para o país, em 1808, que a impressão passou a existir aqui, passando a conviver com a oralidade já existente anteriormente (EL FAR, 2006, p.29). Em 13 de maio de 1808, após o longo período de interdição, D. João VI fundou a Imprensa Régia, com o objetivo de divulgar a documentação oficial produzida na época (ABREU, 2010, p.41-42). No entanto, a demanda fez com que, aos poucos a prensa oficial fosse aberta para outros fins, sempre passando pela censura prévia da corte (EL FAR, 2006, p.16).

Aníbal Bragança (2010, p.25) lembra que houve uma tentativa de implantação de oficina tipográfica, em 1747, por António Isidoro da Fonseca, que, no entanto, foi frustrada pela corte portuguesa assim que tomou conhecimento de sua existência. Depois de Fonseca, não existiu mais tipografias no Brasil até 1808 (MORAES *apud* BRAGANÇA, 2010, p.29).

Depois da fundação da Imprensa Régia e da posterior abertura de outras casas tipográficas, os textos impressos passaram, aos poucos, a se tornar um objeto conhecido no cotidiano da sociedade brasileira (EL FAR, 2006, p.17). Novas tipografias foram abertas e livreiros começaram a se estabelecer no país. Grandes nomes do mercado editorial europeu, como Pierre Plancher, Eduardo Laemmert e Baptiste Louis Garnier, se instalaram no Brasil. Surgiram também editores e livreiros brasileiros, como Paula Brito e Pedro da Silva Quaresma (EL FAR, 2006, p.18-24). Alguns, como Garnier e Laemmert, mais empenhados em publicar livros de luxo, enquanto outros, como Quaresma, investiam mais nos chamados livros populares, mais baratos e “de leitura fácil e atraente” (EL FAR, 2006, p.25). Esse último, inclusive, publicou, entre outras coisas, livros infantis no país antes mesmo do surgimento da literatura infantil brasileira (EL FAR, 2006, p.25).

Aos poucos, o mercado foi se expandindo e a concorrência foi aumentando (EL FAR, 2006, p.23), com o surgimento, ao longo dos anos, de muitos outros editores e livreiros. Por ser a corte e a capital federal, a expansão começou pelo Rio de Janeiro, porém, outros centros urbanos logo seguiram o mesmo caminho (EL FAR, 2006, p.38-39). Nesse contexto, surgiu, em São Paulo, Monteiro Lobato, inicialmente como escritor, com o

livro *Urupês* (voltado para o público adulto), e depois como editor, com a Revista do Brasil, em 1918 (EL FAR, 2006, p.40). Posteriormente, ele comandaria também outras editoras de renome (CECCANTINI, 2009, p.73).

### **Monteiro Lobato, autor e editor**

Segundo diversos historiadores, Monteiro Lobato (1882-1948) foi um editor revolucionário, pelos métodos que empregou no mercado editorial da época. Métodos como “a criação de uma rede nacional de distribuição de livros, a publicação de novos autores, o pagamento de direitos autorais e a renovação gráfica dos impressos” (BIGNOTTO, 2010, p.126). Essa visão foi propagada pelo próprio Lobato, em entrevistas que deu no final da vida, e corroborada por pesquisadores de sua vida e obra, como Edgard Cavalheiro (autor de extensa biografia sobre Lobato), Carmen Lucia de Azevedo, Marcia Camargos, Vladimir Sacchetta (autores de biografia mais recente sobre Lobato), Marisa Lajolo (pesquisadora da obra de Lobato), Laurence Hallewell (autor de extenso livro sobre a história editorial brasileira), entre outros (CECCANTINI, 2009, p.72).

De acordo com Lobato, o principal problema dos livros no Brasil era a falta de pontos de venda, havendo somente cerca de 30 livrarias em todo o país (HALLEWELL, 2005, p.319), o que dificultava muito o esgotamento das tiragens dos livros. Para resolver essa questão e aumentar as vendas de seus livros, ele elaborou um método de distribuição revolucionário para os padrões da época. Enviou uma carta a comerciantes das mais diversas áreas (vendedores de varejo, jornaleiros, farmacêuticos, padeiros, etc.), oferecendo a distribuição de seus livros em consignação. E conseguiu, dessa forma, aumentar de maneira bem sucedida o número de pontos de venda para cerca de dois mil, ao passar a vender livros em outros locais que não eram livrarias. O exato conteúdo da carta nunca foi recuperado, sendo desconhecido até hoje. Lobato, entretanto, fez algumas tentativas de lembrá-lo posteriormente. No livro *O livro no Brasil* (2005), de Laurence Hallewell, encontra-se uma possível descrição da citada carta que o levou a ampliar a rede de distribuição de livros no Brasil:

Vossa Senhoria tem o seu negócio montado, e quanto mais coisas vender, maior será o lucro. Quer vender também uma coisa chamada “livros”? Vossa Senhoria não precisa inteirar-se do que essa coisa é. Trata-se de um artigo comercial como qualquer outro: batata, querosene ou bacalhau. É uma mercadoria que não precisa examinar nem saber se é boa nem vir a esta escolher. O conteúdo não interessa a V.S., e sim ao seu cliente, o qual dele tomará conhecimento através das nossas explicações nos catálogos, prefácios, etc. E como V.S. receberá esse artigo em consignação, não perderá coisa alguma no que propomos. Se vender os tais “livros”, terá uma comissão de 30 p.c.; se não vendê-los, no-los devolverá pelo Correio, com

o porte por nossa conta. Responda se topa ou não topa. (LOBATO *apud* HALLEWELL, 2005, p.320)

Os métodos de Lobato à frente de suas editoras foram considerados tão revolucionários que ele aparece como um marco importante na divisão histórica feita por Emanuel Araújo (2008, p.28) da prática editorial brasileira. Araújo divide a história da editoração no Brasil em três fases: a primeira se inicia com a inauguração da Imprensa Régia, a segunda com as práticas de Monteiro Lobato e terceira com os métodos de editoração de Antônio Houaiss. Segundo o autor, Lobato inauguraria a segunda fase devido às inovações empregadas por ele, na tentativa de se adaptar ao novo e impreciso mercado editorial da época. Ele destaca também entre seus feitos a criação, pela Companhia Editora Nacional (de Lobato e Octalles Ferreira), da coleção Brasileira, que possuía um projeto editorial e gráfico padronizado em todos os volumes da coleção, às vezes ignorando até as preferências pessoais de autores de renome, algo incomum para a época (ARAÚJO, 2008, p.29-30).

Além da padronização das coleções, Lobato também costuma ser lembrado pelas mudanças que realizou na produção gráfica dos livros lançados por suas editoras, investindo em tipografias e papéis de qualidade, capas coloridas e ilustradas, e outros fatores pouco comuns na época de seus lançamentos. Atentando para a apresentação de suas obras, e com a consciência de que o livro enquanto mercadoria deveria ter uma aparência externa atraente, Lobato resolveu trazer de volta as capas ilustradas que haviam sido muito comuns entre 1890 e 1900, mas que já estavam em desuso da década de 1920 (HALLEWELL, 2005, p.326). Para mudar a estética em voga das capas – antes compostas somente com uma cópia dos elementos textuais da folha de rosto em papel cinza ou amarelado –, Lobato contratou ilustradores de renome e mandou incluir imagens e cores berrantes como parte do chamariz das obras – suas e de outros autores lançados por ele (HALLEWELL, 2005, p.326). Além disso, ele investiu também no miolo dos livros, importando novos tipos para a diagramação, em busca de uma apresentação gráfica mais limpa, em contraste com as anteriores, mais pesadas e desequilibradas (HALLEWELL, 2005, p.327).

Lobato alterou também o formato padrão dos livros, que costumava ser de 12x19cm (devido ao tamanho do papel importado na época), para um formato menor, de 12x16,5cm. Essa alteração foi possível, pois ele passou a importar o próprio papel, com um tamanho diferente do papel que era então importado. E, dessa maneira, combinando o formato menor dos livros com tiragens maiores, ele conseguiu reduzir o preço de capa de seus exemplares (HALLEWELL, 2005, p.328), um fator significativo para a venda dos livros.

Esses são somente alguns dos exemplos de como Monteiro Lobato é lembrado até os dias atuais por seus métodos editoriais ditos revolucionários. Isso sem entrar no mérito dos investimentos que ele fez em novos autores, lançando livros que não eram de interesse de outros editores (HALLEWELL, 2005, p.320) e pagando direitos autorais de 10% ou mais, em uma época em que essa não era uma prática comum (HALLEWELL, 2005, p.322).

Cilza Bignotto (2010, p.126), em seu artigo *Monteiro Lobato: editor revolucionário?*, no entanto, questiona o título atribuído a Lobato e diz que o autor-editor só pôde ser revolucionário por causa do contexto cultural a sua volta, que estava propício ao recebimento de suas práticas editoriais. Segundo ela,

(...) o editor Lobato é tributário de práticas relativas à produção de livros desenvolvidas no Brasil ao longo do século XIX. Quando ele começou a publicar livros seus e de terceiros, encontrou um sistema literário consolidado e uma indústria livreira ainda em formação, mas com algumas práticas já estabelecidas. (BIGNOTTO, 2010, p.126)

Citado no mesmo artigo, Rafael Cardoso também alerta para o cuidado de não se chegar a um reducionismo, ao dizer que o autor do *Sítio* foi o único responsável pelas mudanças editoriais ocorridas na época. Porém, ele não nega a importância de Lobato no mercado editorial brasileiro, inclusive no que diz respeito à sofisticação da comunicação visual dos livros.

A atuação de Monteiro Lobato foi decisiva, sim, na adoção da capa ilustrada como prática comercial corrente e, por conseguinte, na sofisticação da programação visual dos livros brasileiros. Porém, não obstante sua grande importância como um dos principais modernizadores do meio editorial no Brasil, é um erro admitir tais mudanças apenas à sua iniciativa e, pior, ignorar o que foi feito à mesma época por outras editoras. (CARDOSO *apud* BIGNOTTO, 2010, p.126)

É importante, então, atentar para o fato de que Lobato estava inserido em um determinado contexto cultural que permitiu que ele tivesse tais atitudes consideradas revolucionárias, e que ele não foi o único a trabalhar desta forma na história da produção editorial brasileira, o que não diminui, no entanto, sua participação como editor na alteração de determinadas práticas vigentes.

Não há dúvidas, porém, de que o autor Monteiro Lobato foi uma figura bastante relevante para a literatura infantojuvenil no Brasil, principalmente com a coleção de livros do *Sítio do Picapau Amarelo*. Devido ao grande sucesso desta coleção, desde seu lançamento aos dias atuais, os livros de Lobato foram bastante lidos por boa parte da população brasileira, e são lidos até hoje. Na pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* (FAILLA, 2012, p.291), feita com a população em 2007 e em 2011, Lobato apareceu, duas

vezes consecutivas, em primeiro lugar, como o escritor brasileiro mais admirado pelos leitores. E a coleção do *Sítio do Picapau Amarelo* ficou em quarto lugar, na pesquisa de 2011, como o livro mais marcante citado pelos leitores (atrás somente da *Bíblia*, do *A cabana* e de *Ágape*).

Em seu livro *Literatura infantil brasileira* (2011), Leonardo Arroyo reafirma o papel de Lobato na maturidade do estilo de literatura voltada para crianças no país (PONDE *in* ARROYO, 2011, p.XVI). Lobato, apesar de não ter sido o primeiro escritor brasileiro de literatura infantil, foi o primeiro grande nome na área (HOHLFELDT, 2010, p.365) e é lembrado até hoje como um dos seus principais expoentes (PENTEADO, 2011, p.146).

Em sua origem no Brasil, no século XIX, a literatura infantil consistia principalmente na publicação de textos estrangeiros traduzidos ou importados diretamente de Portugal – que as crianças tinham dificuldade de compreender, devido às diferenças de linguagem em relação ao português falado no Brasil (HALLEWELL *apud* SILVA, 2010, p.52) –, além de uma pequena produção local. Em vários casos, esses escritos não se destinavam inicialmente ao público infantil, mas após “um tratamento editorial peculiar, passaram a constituir um acervo de leitura próprio para a criança” (SILVA, 2010, p.52). Além disso, grande parte da produção para jovens era composta por livros didáticos, voltados especificamente para o sistema escolar, o que, segundo Márcia Cabral da Silva, autora de *Infância e literatura* (2010, p.53-54), limitava estilisticamente a literatura infantil, se comparado à produção literária voltada para adultos.

Ainda segundo a autora, Lobato quebrou com esse padrão, dando uma nova perspectiva à literatura infantil de então.

Monteiro Lobato insere-se no domínio da literatura infantil conferindo-lhe uma nova perspectiva, tanto de ordem temática quanto discursiva. A criança não é mais poupada de conflitos sociais; o ponto de vista da narrativa muitas vezes lhe é transferido; e abre-se espaço para a voz questionadora do personagem criança, metamorfoseado e exacerbado muitas vezes na polêmica figura da boneca Emília. (SILVA, 2010, p.54)

Observando as diferenças entre o adulto e a criança, Lobato criou diversos livros voltados especificamente para o público mais jovem, tanto em estilo textual quanto em aparência estética (ARROYO, 2011, p.300), se preocupando principalmente com o interesse dos pequenos em relação às suas histórias (ARROYO, 2011, p.294). Ele enviou, inclusive, exemplares de *Narizinho arrebitado* ao amigo Godofredo Rangel, pois queria sua opinião de “professor acostumado a lidar com crianças”, e sugeriu que ele experimentasse o

livro com alguns de seus alunos para saber se os interessava. “Só procuro isso: que interesse às crianças” (LOBATO *apud* ARROYO, 2011, p.294), dizia Lobato, em carta ao amigo.

Em outra carta do autor a Rangel, encontra-se um interessante trecho que demonstra parte de sua visão em relação ao universo infantil:

Ah, Rangel, que mundos diferentes o do adulto e o da criança! Por não compreender isso e considerar a criança “um adulto em ponto pequeno” é que tantos escritores fracassam na literatura infantil e um Andersen fica eterno. Estou nesse setor já há vinte anos e o intenso grau de minha reeditabilidade mostra que o meu verdadeiro setor é esse. A reeditabilidade dos meus livros para adultos é muito menor. Não posso dar a receita. Entram em cena imponderáveis inapreensíveis. (LOBATO *apud* ARROYO, 2011, p.299)

Lobato, inclusive, levava bastante a sério a opinião de seus leitores. Ele se correspondia com eles por meio de cartas e, muitas vezes, aceitava sugestões de modificações e inclusões em seus livros. Um bom exemplo da força dos leitores infantis em suas obras é encontrado no livro *A reforma da natureza*, que inclui uma nova personagem, denominada Rã (pseudônimo da leitora), em homenagem a uma leitora de 11 anos que o escrevia assiduamente (ABREU, 2009, p.444). Além da homenagem, muitas de suas sugestões foram incorporadas à narrativa do livro em si, como pode ser observado em uma das cartas que ela escreveu a Lobato:

Caro Lobato: Emília, a sapeca da Emília, gostou de minhas modificações? Ótimo! Já arranjei outra: podemos modificar também o descarado do Rabicó. No focinho êle levará um certo aparelho de minha invenção, um pouco parecido com uma ratoeira que lhe dará um “liscabão” daqueles, toda vez que êle fôr fossar minhocas ou roubar cocadas. As pernas serão trocadas por umas de tartaruga bem lesma, para impedi-lo de “desaparecer veloz pela fimbria do horizonte” quando merecer um bom ponta-pé pedriniano. O rabinho, para ficar mais chique, pode ser feito o de um cachorrinho lúlú, dos bem frisadinhos (ABREU, 2009, p.445).

É interessante perceber como o autor, além de se preocupar em escrever histórias que interessassem especificamente ao público infantil, também levava em conta as sugestões criativas desse público para compor suas narrativas, além de incluir uma personagem-leitora, que participava ativamente da história.

### **A literatura infantojuvenil**

Sabe-se, no entanto, que as diferenças entre adultos e crianças, observadas por Lobato, nem sempre foram levadas em consideração pela sociedade, no Brasil e no mundo. Fato este que explica a não existência de literatura especificamente voltada para o público infantil durante muitos anos após a invenção da prensa – apesar da existência de literatura escrita para o público adulto, mas apreciada também pelas crianças.



Márcia Cabral da Silva, ao citar o importante livro de Philippe Ariès sobre o tema, *História social da criança e da família*, explica como o conceito de infância foi sendo construído social e historicamente ao longo dos anos (SILVA, 2010, p.25). Ela salienta o fato de que, antigamente, “a noção de infância era algo homogêneo e vazio para a sociedade, chegando mesmo a sugerir uma etapa dispensável da vida” (SILVA, 2010, p.22). A criança era vista como “um adulto em ponto pequeno” – nas palavras de Lobato –, não se considerando as especificidades que as tornavam pessoas em desenvolvimento, em vez de simplesmente adultos que ainda não cresceram.

No entanto, com as mudanças políticas, econômicas e culturais na sociedade, ocorridas principalmente no século XVIII – como, as visões do Iluminismo, a crescente industrialização, a Revolução Francesa, a ascensão da burguesia, entre outros fatores –, esse panorama foi se modificando. “A família tornou-se um espaço de afeição necessária entre os cônjuges, que se exprimiu, sobretudo, na importância atribuída à criança e à sua educação” (SILVA, 2010, p.23). As crianças passaram a ser vistas como seres ingênuos e desprotegidos em processo de formação, tanto físico quanto mental. E, por isso, passaram a frequentar escolas como forma de instrução obrigatória, para aprender o que ainda não sabiam, deixando, assim, de se misturar cotidianamente ao mundo adulto (SILVA, 2010, p.23). Somente após o surgimento do conceito de infância é que passaram a ser criados livros voltados especificamente para o público infantil, já que somente com a existência de um “consumidor criança” é que se pode imaginar um produto dirigido a ele (HOHLFELDT, 2010, p.364).

A relação entre a infância e a literatura surge, portanto, relacionada à educação (SILVA, 2010, p.24). Porém, com o tempo, ela vai se modificando, com o surgimento de leituras voltadas exclusivamente para os momentos de lazer, sem moralismos ou didatismos, como alguns dos livros de Monteiro Lobato, por exemplo – que surgiram inicialmente voltados para a educação escolar e foram sendo modificados pelo autor, ao longo dos anos, com o intuito de tirar o didatismo inicial das obras e agradar ao público infantil (ARROYO, 2011, p.285).

Há controvérsias em relação à origem da literatura voltada para crianças, porém muitos estudiosos consideram o *Traité de l'éducation des filles*, de François Fénelon, lançado em 1687, como o livro que inaugura a literatura infantil enquanto categoria (ARROYO, 2011, p.13). Com esse livro, escrito com o público infantil em mente, Fénelon procurou diversificar as leituras que as crianças recebiam tradicionalmente, sobre a vida dos

santos e de figuras sagradas. Esse e outros livros do autor propunham instruir e, ao mesmo tempo, divertir. E, apesar de terem sido condenados por parte da sociedade, devido a seus temas polêmicos, seus livros fizeram um grande sucesso de público (ARROYO, 2011, p.14). Alguns especialistas no assunto consideram que, com Fénelon, pela primeira vez, a criança teve “entre as mãos livros escritos para ela mesma” (ARROYO, 2011, p.13).

No entanto, Leonardo Arroyo assinala que as raízes da literatura infantil remontam bem antes de Fénelon e que a iniciativa deste foi uma “consequência de uma soma histórica de esforços no sentido de proporcionar às crianças uma leitura adequada à sua estrutura mental e ao seu interesse intelectual” (ARROYO, 2011, p.14). Em um esforço de síntese, Arroyo aponta, em seu livro, os principais expoentes da origem da literatura infantil, em uma cronologia que remonta às histórias da tradição oral, antes mesmo de serem colocadas por escrito. O autor faz um pequeno panorama da literatura infantil mundial, passando por seus principais autores e obras, e criando uma cronologia necessária para compreender a “evolução” da literatura infantil antes desta chegar ao Brasil.

Entre os principais autores citados por Arroyo estão, por exemplo, nomes importantes para as histórias de contos de fadas – surgidas na tradição oral e adaptadas de forma escrita por diversos autores –, como Charles Perrault, os irmãos Grimm, Hans Christian Andersen, entre outros. Aparecem também autores de fábulas, como Esopo e La Fontaine, e autores de livros atualmente considerados clássicos da literatura infantil, como Daniel Defoe (*Robinson Crusóé*), Lewis Carroll (*Alice*), James Barrie (*Peter Pan*), entre outros. Outro livro relevante, que não entrou para a cronologia de Arroyo, mas que é mencionado pelo autor em outro momento é o *Little Pretty Pocket-Book* (1744), de John Newbery, considerado o primeiro livro ilustrado voltado para crianças (ARROYO, 2011, p.20).

É importante observar, contudo, que existem duas formas possíveis de literatura infantil: a primeira delas seria composta por obras que foram inicialmente escritas para adultos, mas que acabaram caindo no gosto das crianças; e a segunda seria composta por obras que foram escritas visando intencionalmente o público infantil (HOHLFELDT, 2010, p.364). Por esse motivo, podem ser encontrados livros de literatura infantil muito antes do surgimento da literatura infantil enquanto categoria, uma vez que eles foram apropriados pelas crianças de acordo com seus gostos pessoais, mesmo não tendo sido escritos inicialmente para elas. Na história da literatura infantil, encontram-se, portanto, ambos os casos, já que, no fim das contas, o que definiria a literatura infantil seria o fato de ela ser

lida por crianças. Cecília Meireles, importante autora brasileira de livros infantis, inclusive, afirma que

São as crianças, na verdade, que o delimitam [o conceito de *Literatura Infantil*], com a sua preferência. Costuma-se classificar como Literatura Infantil o que para elas se escreve. Seria mais acertado, talvez, assim classificar o que elas leem com utilidade e prazer. Não haveria, pois, uma Literatura Infantil *a priori*, mas *a posteriori* (MEIRELES *apud* HOHLFELDT, 2010, p.363, grifo do autor)

É interessante perceber que a autora Cecília Meireles, em vez de classificar a literatura infantil a partir do ponto de vista do autor – que, diga-se de passagem, não é uma criança, mas um adulto –, a classifica diretamente em relação a seu público leitor, ou seja, só seria literatura infantil o que as crianças gostem ou necessitem ler, e não somente o que foi escrito para elas.

### **A literatura infantojuvenil no Brasil**

Antonio Hohlfeldt (2010, p.364-365), em um artigo intitulado *Na história das publicações brasileiras, a criança também teve vez...*, também faz um pequeno panorama sobre a literatura infantil, porém citando somente as fases desse gênero de literatura no Brasil, e chegando a épocas mais recentes, já que foi escrito bem depois do livro de Arroyo.

Na divisão cronológica feita por Hohlfeldt, Monteiro Lobato aparece novamente inaugurando uma das fases citadas. O autor inicia sua cronologia no já mencionado século XIX, reafirmando o surgimento da literatura infantil no país, em sua maioria, com textos traduzidos e importados. Nos anos seguintes (final do século XIX e início do XX), ocorre uma maior nacionalização do gênero, com o lançamento de obras de autores nacionais, como Figueiredo Pimentel (autor de *Contos da carochinha*, 1894) e Júlia Lopes de Almeida (autora de *Contos infantis*, 1896), publicados pela Editora Quaresma, de Pedro Quaresma, pioneira na publicação deste gênero de literatura no Brasil. E, posteriormente, seguida por outras editoras, como a Francisco Alves, por exemplo.

A partir da década de 1920, iniciou-se uma fase de modernização do país, com uma crescente urbanização e industrialização, dando “origem ao primeiro grande nome literário na área, Monteiro Lobato” (HOHLFELDT, 2010, p.365). Nos anos que se seguem, de 1920 a 1960, ocorre uma proliferação de grandes escritores que evidenciavam uma preocupação com o público infantil, apesar de não necessariamente escreverem para este público. Segundo Hohlfeldt (2010, p.365), “pode-se dizer que quase todos os principais escritores de então escreveram ao menos algum texto para crianças”. Além disso, começaram a aparecer

também revistas voltadas especificamente para esse segmento, o que evidenciava a crescente importância do gênero perante a sociedade.

Nas décadas seguintes, de 1960 a 1980, ocorreu um apoio do governo à modernização das gráficas, que acabou resultando em uma produção mais diversificada, tanto tematicamente quanto esteticamente, com a valorização da ilustração e do projeto gráfico. E, devido a uma maior presença das crianças na escola, com a redução do analfabetismo, muitas editoras passaram a publicar livros infantis, interessadas nesse segmento que se expandia (HOHLFELDT, 2010, p.365).

A partir da década de 1980, a literatura infantil brasileira passa a ser reconhecida internacionalmente, com o recebimento do Prêmio Hans Christian Andersen, um dos principais prêmios de literatura infantil do mundo, pela autora Lygia Bojunga Nunes, em 1982 (HOHLFELDT, 2010, p.371). A década de 1980 é considerada a fase de consolidação do mercado consumidor do livro infantil no país, com uma circulação crescente de exemplares e uma boa qualidade das obras existentes (SILVA, 2010, p.57). Além disso, ocorreu a conquista de um novo segmento de leitores, o público adolescente, fazendo surgir, inclusive, editoras especializadas somente no público infantojuvenil (HOHLFELDT, 2010, p.365).

É importante ressaltar também o aparecimento, ao longo da história da literatura infantil brasileira, de autores-ilustradores, que escrevem e ilustram seus próprios livros, como Eva Furnari, Ângela Lago, Ciça Fittipaldi, Ziraldo, Juarez Machado, Ricardo Azevedo, Luiz Camargo, Roger Mello, entre outros (HOHLFELDT, 2010, p.373).

Considerando a história da literatura infantojuvenil e o fato de que ela não existiu conscientemente durante um bom tempo, além de já ter sido considerada “um gênero menor de criação literária” (ARROYO, 2011, p.28), é interessante observar que atualmente a literatura voltada para crianças e jovens é bastante reconhecida no meio editorial, existindo, inclusive, diversos prêmios e instituições voltados para esse tipo de produção, como a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), filiada a International Board on Books for Young People (IBBY), por exemplo. Lobato, inclusive, em seu tempo, foi um importante estimulador da literatura infantojuvenil, tendo contribuído para reduzir o preconceito dos próprios autores nacionais contra esse gênero de literatura, ao incentivá-los a também publicar obras voltadas para as crianças (HALLEWELL, 2005, p.336).

Depois de Lygia Bojunga Nunes (em 1982), a autora Ana Maria Machado (em 2000) e o ilustrador Roger Mello (em 2014) também receberam o Prêmio Hans Christian

Andersen; e vários outros autores e ilustradores brasileiros já receberam prêmios nacionais e internacionais importantes para o segmento.

Hoje em dia, os livros voltados para o público infantojuvenil – assim como os do público em geral – passam por transformações tecnológicas e culturais, ganhando outras possibilidades de leitura em suportes não impressos, como os tablets, por exemplo. Porém, suscitando também discussões sobre a relevância de tais dispositivos para o interesse da criança em relação à leitura propriamente dita, já que os tablets possuem mais possibilidades de distração do que os livros, por conterem vídeos, jogos e animações, além de possibilitar o acesso à internet. Essa, no entanto, é uma discussão longa e polêmica que mereceria um artigo só para ela.

É interessante, porém, citar a opinião de Antonio Hohlfeldt sobre as transformações que os livros infantojuvenis sofreram desde sua invenção até os dias atuais:

(...) nem o rádio nem a televisão – assim como, certamente, nem a Internet – tiraram das crianças o interesse por livros, revistas e quaisquer outras publicações. O que ocorreu – e isso foi um fenômeno absolutamente natural de contato entre as mídias – foi a constante adaptação de tais publicações a novos tempos. Das pesadas enciclopédias e dos livros portugueses de então, difíceis (de ler), chegamos a publicações que apostam num bom planejamento gráfico e em atrativas ilustrações e que, sobretudo, são capazes de falar em uma linguagem efetivamente compreensível e interessante para a criança (e/ou o adolescente). (HOHLFELDT, 2010, p.380)

Segundo ele, portanto, a invenção de novas mídias ao longo da história ocasionou na constante readaptação das publicações impressas aos novos tempos – ou, nas palavras de Bolter e Grusin (2000), na remediação entre os meios –, que levou a uma maior aposta em livros com uma apresentação visual atraente para as crianças e um texto com uma linguagem compreensível e interessante. Seguindo a linha de raciocínio de Hohlfeldt se poderia dizer, portanto, que os e-books não vieram para substituir ou tirar o interesse das crianças dos livros físicos, mas para acrescentar uma nova forma de leitura para os pequenos e, talvez, impulsionar a reinvenção ou a readaptação das atuais formas de produção de livros para o público infantojuvenil.

## **Conclusão**

Para finalizar, é importante reforçar que a intenção deste trabalho não foi de fazer uma revisão da história editorial brasileira voltada para o público infantil, nem de todos os elementos teóricos envolvendo o tema, mas de criar uma base coerente, para possibilitar o posterior desenvolvimento de estudos na área. As cronologias citadas neste artigo são recortes parciais sobre a história dos impressos no Brasil e não devem ser tomadas como

algo imutável ou definitivo. Porém, independente do recorte feito pelos autores citados, é importante perceber a progressão e as mudanças ocorridas ao longo dos anos, que fazem parte da relação da sociedade brasileira com os livros e a leitura.

Os livros do *Sítio do Picapau Amarelo*, de Monteiro Lobato, foram lançados em uma época em que praticamente não existia literatura infantojuvenil no Brasil. A grande maioria das obras do gênero era importada da Europa e quase não havia produção nacional voltada especificamente para as crianças. O fato de Lobato ter surgido em uma sociedade carente de livros infantis nacionais e de ter investido especificamente no público infantil, com uma linguagem textual voltada para crianças e uma apresentação visual pretendendo agradar a esse público, foi bastante significativo e importante para a sua ascensão no meio.

É interessante perceber como seus livros ainda são lidos atualmente, décadas depois de seus lançamentos, e ainda são considerados interessantes pelas crianças e pelos jovens de hoje em dia. Além de serem também lembrados pelos leitores adultos como uns dos livros mais marcantes já lidos por eles, na já mencionada pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* (FAILLA, 2012, p.291). Esse fato reforça a importância de Lobato para a história da literatura infantojuvenil brasileira e demonstra como o cuidado que ele tinha com os seus livros foi importante para a sua obra. Talvez por isso, as editoras invistam tanto nos livros de Lobato, reeditando sua obra constantemente até hoje, criando novos projetos gráficos e, mais recentemente, versões em e-book.

Além disso, o fato do Brasil não ser uma sociedade intensamente leitora, com altos índices de analfabetismo (IBGE, 2013) e uma grande quantidade de pessoas sem um hábito constante de leitura (FAILLA, 2012, p.257), também é paradoxalmente relevante para o sucesso dos livros de Lobato. Grande parte de nossa população não recorre espontaneamente ao livro como forma de lazer ou de conhecimento (FAILLA, 2012, p.283), e este acaba tendo que “concorrer” com outras formas de entretenimento que demandam menos tempo ou paciência. Dessa forma, os leitores acabam necessitando de um incentivo a mais para retirar um livro da estante e começar a lê-lo. Esse “incentivo” pode vir na forma de uma obrigação escolar, que não necessariamente vai ser o método mais eficiente para fazer o leitor se interessar pelo livro, ou pode se apresentar de outras formas, como em narrativas interessantes para determinados públicos-alvo ou em apresentações gráficas atraentes para o futuro leitor, como Lobato sempre se preocupou em fazer.

## Referências bibliográficas

ABREU, Márcia. **Duzentos anos: os primeiros livros brasileiros.** In: ABREU, Márcia e BRAGANÇA, Aníbal (orgs.). **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros.** São Paulo: Unesp, 2010.

ABREU, Tâmara C. S. **Entre guerras, ciências e reformas: Emília consertando a natureza.** In: CECCANTINI, João Luís e LAJOLO, Marisa (orgs.). **Monteiro Lobato: livro a livro.** São Paulo: Unesp; Imprensa Oficial, 2009.

ARAÚJO, Emanuel. **A construção do livro: princípios da técnica de editoração.** Rio de Janeiro: Lexikon. São Paulo: Unesp, 2008.

ARROYO, Leonardo. **Literatura infantil brasileira.** São Paulo: Unesp, 2011.

BARBOSA, Marialva. **História da Comunicação no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BIGNOTTO, Cilza. **Monteiro Lobato: editor revolucionário?** In: ABREU, Márcia e BRAGANÇA, Aníbal (orgs.). **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros.** São Paulo: Unesp, 2010.

BOLTER, Jay David e GRUSIN, Richard. **Remediation: understanding new media.** Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2000.

BRAGANÇA, Aníbal. **Antônio Isidoro da Fonseca e frei José Mariano da Conceição Veloso: precursores.** In: ABREU, Márcia e BRAGANÇA, Aníbal (orgs.). **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros.** São Paulo: Unesp, 2010.

CECCANTINI, João Luís. **De raro poder fecundante: Lobato editor.** In: CECCANTINI, João Luís e LAJOLO, Marisa (orgs.). **Monteiro Lobato: livro a livro.** São Paulo: Unesp; Imprensa Oficial, 2009.

EL FAR, Alessandra. **O livro e a leitura no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

FAILLA, Zoara (org.). **Retratos da Leitura no Brasil 3.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Instituto Pró-Livro, 2012. Disponível em:  
<<http://www.prolivro.org.br/images/antigo/4095.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2015.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história.** São Paulo: Edusp, 2005.

HOHLFELDT, Antonio. **Na história das publicações brasileiras, a criança também teve vez...** In: ABREU, Márcia e BRAGANÇA, Aníbal (orgs.). **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros.** São Paulo: Unesp, 2010.

IBGE. **Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo.** IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007/2013. Disponível em: <<http://brasilensintese.ibge.gov.br/educacao/taxa-de-analfabetismo-das-pessoas-de-15-anos-ou-mais>>. Acesso em: 01 fev. 2015.

MELO, Chico Homem de e RAMOS, Elaine. **Linha do tempo do design gráfico no Brasil.** São Paulo: Cosac Naify, 2011.

PENTEADO, José Roberto Whitaker. **Os filhos de Lobato: o imaginário infantil na ideologia do adulto.** São Paulo: Globo, 2011.

SILVA, Márcia Cabral da. **Infância e literatura.** Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.